

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Segundo um estudo, o período fundamental para o desenvolvimento das capacidades auditiva e linguísticas das crianças situa-se entre os 0 e os 6 anos de idade, sendo também a base para a aprendizagem linguística. Se os recém-nascidos que sofrem de danos auditivos forem submetidos a diagnóstico e a tratamento imediato de recuperação auditiva, logo nos primeiros seis meses após o seu nascimento, ou seja, no período de ouro, quando atingirem 3 anos de idade, o seu domínio linguístico poderá ficar quase ao mesmo nível do das crianças normais. Mas, se esse período de ouro não for aproveitado, mesmo que as crianças portadoras de deficiência auditiva sejam submetidas a tratamento de recuperação auditiva, as suas capacidades auditiva e de expressão linguística vão ser mais fracas, em relação às crianças normais.

Em Macau, existe grande falta de recursos para o tratamento das crianças com desenvolvimento lento e, entretanto, ainda não foi criado o respectivo sistema para a primeira fase de tratamento e ensino. Segundo algumas associações, existem muitos casos suspeitos de problemas linguísticos que não foram tratados, uma vez que, para os encarregados de educação, existe um equívoco nos conceitos tradicionais, por isso, não submeteram os seus filhos a uma avaliação mais pormenorizada, tendo como resultado que muitos recém-nascidos com deficiências auditivas congénitas



não conseguem ser diagnosticados atempadamente, acabando por ficar encobertos na comunidade. Para além disso, se o período de ouro entre os 0 e os 3 anos de idade não for aproveitado para a realização de tratamento de recuperação, as crianças em causa poderão perder a oportunidade de treinar os órgãos sensoriais e de aprender. Para além dos recém-nascidos, o desenvolvimento das crianças é também extremamente importante. Segundo um teste de avaliação realizado nos Estados Unidos da América, 3 em cada 1000 crianças são portadoras de deficiência auditiva, e 1 em cada 100, quando as crianças atingem a idade escolar. Daí se verifica a importância de uma avaliação dos recém-nascidos, bem como a necessidade de acompanhar a situação das crianças que atingem a idade de entrada na creche e no jardim-de-infância¹.

Para as crianças com necessidades especiais, quanto mais cedo forem submetidas a tratamento, melhores serão os efeitos de recuperação, mas, actualmente, é longo o tempo de espera para tratamento, por isso, se o tratamento for recebido apenas uma vez por mês já não produz os devidos efeitos e, para além disso, há associações que têm falta de recursos humanos e passaram a fornecer tratamento uma vez em cada dois meses. O Governo deve prestar atenção a isto². Ademais, os equipamentos de apoio são importantes para as pessoas com necessidades especiais e são os requisitos

¹ Macao Daily de 10 de Fevereiro de 2015.

² Macao Daily de 15 de Junho de 2014.



necessários para a sua participação na sociedade. Segundo algumas associações de serviço social, embora neste momento possam pedir apoio financeiro ao Governo para ajudar os alunos na aquisição de equipamentos de apoio, a falta de instruções claras sobre as formalidades e os requisitos do pedido leva a que os requerentes tenham dificuldade em adaptar-se à situação, ficando bastante preocupados.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

- 1. Os trabalhos da primeira fase de tratamento e ensino incluem as seguintes etapas: primeira fase de descoberta, notificação e encaminhamento, avaliação geral, tratamento e ensino, e seguimento e acompanhamento, bem como exige coordenação e cooperação entre diversos serviços públicos. Como é que o Governo vai reforçar a coordenação e a cooperação entre diversos serviços públicos, com vista a aperfeiçoar os serviços da primeira fase de tratamento e ensino actualmente existentes? Quando é que o Governo vai definir as políticas da primeira fase de tratamento e ensino? Quando é que vai ser criado o sistema da primeira fase de tratamento e ensino?
- Que se saiba, a prioridade do Centro de Ensino Especial consiste no ensino infantil, e este Centro planeia implementar no ano lectivo de 2015/2016 um mecanismo de avaliação da capacidade auditiva³. Após

-

³ Shimin Daily de 20 de Abril de 2014.



proceder à avaliação da capacidade auditiva, o Governo deve intervir e acompanhar o respectivo processo de tratamento. Deve ainda planear bem a distribuição dos terapeutas, a fim de assegurar a prestação de serviços. Isso tudo vai ser feito?

3. O ensino especial exige a cooperação entre os encarregados de educação e a escola. O Governo vai disponibilizar serviços de intervenção e apoio mais diversificados para os encarregados de educação e professores? Quais são as actuais formalidades e requisitos do pedido para a aquisição de equipamentos de apoio? Como é que o Governo vai reforçar o apoio aos alunos com necessidades especiais na aquisição de equipamentos de apoio?

A Deputada à Assembleia Legislativa,

Chan Hong

26 de Fevereiro de 2015